

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DO TRIBUNAL DO JÚRI E VARA DOS DELITOS DE TRÂNSITO DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX

Processo n° XXXXXXXXXXXXX

Autor: Ministério Público do XXXXXXXXXXXXX

Acusado: FULANO DE TAL e FULANO DE TAL

: FULANO DE TAL e FULANO DE TAL assis-tidos pela DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXX, vêm, em atenção ao artigo 422 do Código de Processo Penal, requerer, como **diligência**:

01.Em relação exclusivamente ao acusado FULAO DE TAL: Como o citado art. 422 do CPP assegura, nesta fase processual, a oportunidade para requerimento de **diligências**, e considerando que o uso da vestimenta típica de pessoas submetidas ao cárcere deposita sobre os jurados pressão indevida e influência negativa no julgamento, afetando a imparcialidade do Conselho de Sentença e configurando grave atentado contra os direitos fundamentais e violação à norma internacional de direitos humanos¹, requer-se, a fim de evitar eventuais futuras arguições de nulidade da sessão plenária, que **seja facultado ao réu supramencionado a apresentação, em sessão plenária, com roupas próprias**, na esteira do entendimento de Tribunais de Justiça do país. *In verbis*:

1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - CO- MARCA DE CAMPO BELO DO SUL. JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA. JUIZ (A) DE DIREITO RAPHAEL MENDES BAR- BOSA. ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KAROLINE GRANSOTTO EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS. RELAÇÃO N^o 0330/2014. ADV: EDSON LUIS MEDEIROS (OAB 11028/SC), LU- CIO. ALEXANDREDZIEDRICKI (OAB 11712/SC), CID COUTO FILHO (OAB 7076/SC) Processo 0000984-55.2012.8.24.0216 (216.12.000984-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Latrocínio - Réu preso: Vânio da Silva - Réu preso: Vânio da Silva - Réu preso: Valdir Moraes de Oliveira - Réu preso: Valdir Moraes de Oliveira - Réu preso: Zilma Hildebrando

¹ As Regras Mínimas da ONU para Tratamento de Pessoas Presas, conforme resolução 663 C I (XXIV), de 31 de julho de 1957, aditada pela resolução 2076 (LXII) de 13 de

maio de 1977), no 17. 3, prevê que o preso ao sair do instituto penitenciário tem o direito de vestir suas vestimentas civis.

- Réu preso: Zilma Hildebrando - Autor: Ministério Público do Estado de Santa Catarina - Assim, estando o processo em ordem, determino a sua inclusão na pauta da reunião periódica do Tribunal do Júri para o mês de agosto do ano em curso, designando, desde logo, o dia 13/08/2014, às 09:00 horas, para a sessão de julgamento dos réus perante o Tribunal do Júri desta Comarca, que se realizará na Câmara de Vereadores do Município de Campo Belo do Sul. Nos termos do disposto no § 1º do art. 433 do CPP, designo o dia 28/07/2014, às 13:30 horas, para o sorteio dos 25 jurados que irão compor o corpo apto a atuar no processo. Saliento que não poderá servir o jurado que tiver funcionado em julgamento anterior envolvendo o mesmo caso, conforme disposição do art. 449, I do CPP. Determino, em obediência ao disposto no art. 432 do CPP, a intimação dos defensores que atuam no processo, do representante do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, esta por ofício direcionado ao presidente da subseção, para acompanharem, querendo, o sorteio dos jurados que atuarão na reunião periódica, cuja audiência restou acima designada. Após o sorteio dos jurados, deverá o Senhor Chefe de Cartório atentar e cumprir o contido no § 1º do art. 429, parágrafo único do art. 434 e art. 435, todos do Código de Processo Penal. Por ocasião do julgamento, determino a entrega aos jurados, além de cópia da presente decisão, que contém o relatório sucinto do processo, também cópia da decisão de pronúncia (fls. 596/612), em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 472 do CPP. Intimem-se os réus pessoalmente a respeito da data designada para a sessão de julgamento. Requisite-se a testemunha arrolada (fl. 642). **Requisite-se a apresentação dos acusados, que se encontram recolhidos ao ergástulo, solicitando ao estabelecimento prisional que os réus sejam apresentados em Juízo na data designada para o seu julgamento perante o Tribunal do Júri trajando roupas comuns e não o uniforme padrão utilizado na prisão.** Tomem-se as providências necessárias, requisitando-se, também, força policial suficiente para a segurança do julgamento. Cientifique-se o Sr. Secretário do Foro para que proceda à requisição da verba necessária à realização dos trabalhos do Tribunal do Júri, bem como diligencie no sentido de providenciar alimentação e, eventualmente, acomodação para os jurados. Oficiem-se ao Poder Legislativo Municipal de Campo Belo do Sul acerca da data e local onde o julgamento realizar-se-á, solicitando a autorização necessária, rogando votos de

estima e apreço. Cumpra-se com urgência, haja vista tratar-se de processo envolvendo acusados presos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - COMARCA DE CAMPO BELO DO SUL. JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA. JUIZ (A) DE DIREITO RAPHAEL MENDES BARBOSA. ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KAROLINE GRANSOTTO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS. RELAÇÃO Nº 0073/2015. ADV: JUSCELINO DE MATTOS (OAB 6234/SC), FA- BIANO. BENIN (OAB 29300/SC). Processo 0001176-

56.2010.8.24.0216 (216.10.001176-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - Autor: Ministério Público do Estado de Santa Catarina - Autor: Ministério Público do Estado de Santa Catarina - Acusado: Vânio da Silva - Acusado: Vânio da Silva - Assim, estando o processo em ordem, determino a sua inclusão na pauta da reunião periódica do Tribunal do Júri para o mês de abril do ano de 2015, designando, desde logo, o dia 15/04/2015, às 09:00 horas, para a sessão de julgamento do réu perante o Tribunal do Júri desta Comarca, que se realizará na Câmara de Vereadores do Município de Campo Belo do Sul. Nos termos do disposto no § 1º do art. 433 do CPP, designo o dia 11/03/2015, às 14:00 horas, para o sorteio dos 25 jurados que irão compor o corpo apto a atuar no processo. Saliento que não poderá servir o jurado que tiver funcionado em julgamento anterior envolvendo o mesmo caso, conforme disposição do art. 449, I do CPP. Determino, em obediência ao disposto no art. 432 do CPP, a intimação do defensor que atua no processo, do representante do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, esta por ofício direcionado ao presidente da subseção, para acompanharem, querendo, o sorteio dos jurados que atuarão na reunião periódica, cuja audiência restou acima designada. Após o sorteio dos jurados, deverá o Senhor Chefe de Cartório atentar e cumprir o contido no § 1º do art. 429, parágrafo único do art. 434 e art. 435, todos do Código de Processo Penal. Por ocasião do julgamento, determino a entrega aos jurados, além de cópia da presente decisão, que contém o relatório sucinto do processo, também cópia da decisão de pronúncia e do acórdão de fls. 293/306, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 472 do CPP. Intimem-se pessoalmente, inclusive as testemunhas arroladas. **Requisite-se a apresentação do acusado, que se encontra recolhido ao ergástulo (fl. 174), solicitando ao estabelecimento prisional que o réu seja apresentado em Juízo na data designada para o seu julgamento perante o Tribunal do Júri trajando roupas comuns e não o uniforme padrão utilizado na prisão.** Tomem-se as providências ne-

cessárias, requisitando-se, também, força policial suficiente para a segurança do julgamento. Cientifique-se o Sr. Secretário do Foro para que proceda à requisição da verba necessária à realização dos trabalhos do Tribunal do Júri, bem como diligencie no sentido de providenciar alimentação e, eventualmente, acomodação para os jurados. Oficie-se ao Poder Legislativo Municipal de Campo Belo do Sul acerca da data e local onde o julgamento realizar-se-á, solicitando a autorização necessária, rogando votos de estima e apreço. Acerca da redesignação da sessão, intimem-se os defensores, os jurados, as testemunhas arroladas, ao estabelecimento prisional onde se encontra recolhido o acusado, bem como a todos os demais órgãos acionados para a realização da sessão de julgamento em questão, via telefone, se possível, certificando nos autos. Vara Única - Edital

No tocante à diligência requerida no ponto anterior, postula-se que se dê **ciência à Direção do Centro de Internamento e Reeducação acerca dessa providência;**

02. a expedição de ofícios para o Cartório Distribuidor e o Delegado Geral de Polícia para a prestação de informações acerca da existência de Processos Criminais ou Inquéritos Policiais instaurados em desfavor da vítima FULAO Aragão dos Santos e seu irmão fulano de tal;

03. Pleiteia a intimação e oitiva da seguinte testemunha, ressaltando o **caráter de imprescindibilidade:**

a) fulana de tal (telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxx) – endereço: xxxxxxxx,

03. Por fim, requer-se a juntada da documentação em anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXX, data registrada no sistema.

FULANA DE TAL

Defensora Pública do
XXXXXXX

Matrícula XXXXXXXXXX

